

Bancas de importados são ocupadas por imigrantes que dominam o contrabando. Além da muamba há suspeita de comércio de drogas

O submundo da feira

A Feira dos Importados se consolidou como centro comercial de grande prestígio entre os consumidores brasileiros. Mas as pessoas que passeiam entre as bancas desconhecem o submundo que domina parte da área. O local funciona como importante rota para o contrabando de mercadorias. O controle é dividido entre feirantes brasileiros e estrangeiros.

As investigações da Polícia Federal (PF) que culminaram na prisão de 15 pessoas, entre elas um grupo de sete irmãos libaneses, apontaram o que já era visível para os proprietários de bancas na feira: os estrangeiros chegaram ao Brasil, e para ficar. Mas a quadrilha flagrada, segundo comerciantes, era das menores que atuam na feira.

Do pessoal de fora, chineses e árabes disputam o controle do local. Já a remessa das mercadorias que chegam a Brasília é feita por contrabandistas peruanos e paraguaios, instalados na cidade de

São Paulo (SP). Há suspeita de que eles sejam responsáveis por boa parte do abastecimento do mercado nacional de importações de produtos sem nota fiscal. No grupo que atua em Brasília, tudo é dividido. A maior parte dos brinquedos são comercializados pelos chineses. Já os eletroeletrônicos e peças de informática ficam a cargo dos árabes, como flagrou a PF na Operação Sete Erros.

Investigações da Polícia Civil do Distrito Federal apontam que o local também funciona como ponto de tráfico de drogas e anabolizantes — trazidos dentro de brinquedos. Das três incursões que a 8ª Delegacia de Polícia fez na feira este ano, em todas houve apreensões de drogas.

Na última tentativa, no entanto, as buscas pelos entorpecentes foram em vão. “Recebemos denúncia de que havia drogas na banca em que a PF prendeu os libaneses na terça. Quando chegamos ao local, só restavam alguns notebooks sem nota. Desconfia-

mos que informantes alertaram os bandidos sobre a nossa ação”, acredita a delegada-chefe da 8ª DP, Déborah Menezes.

História

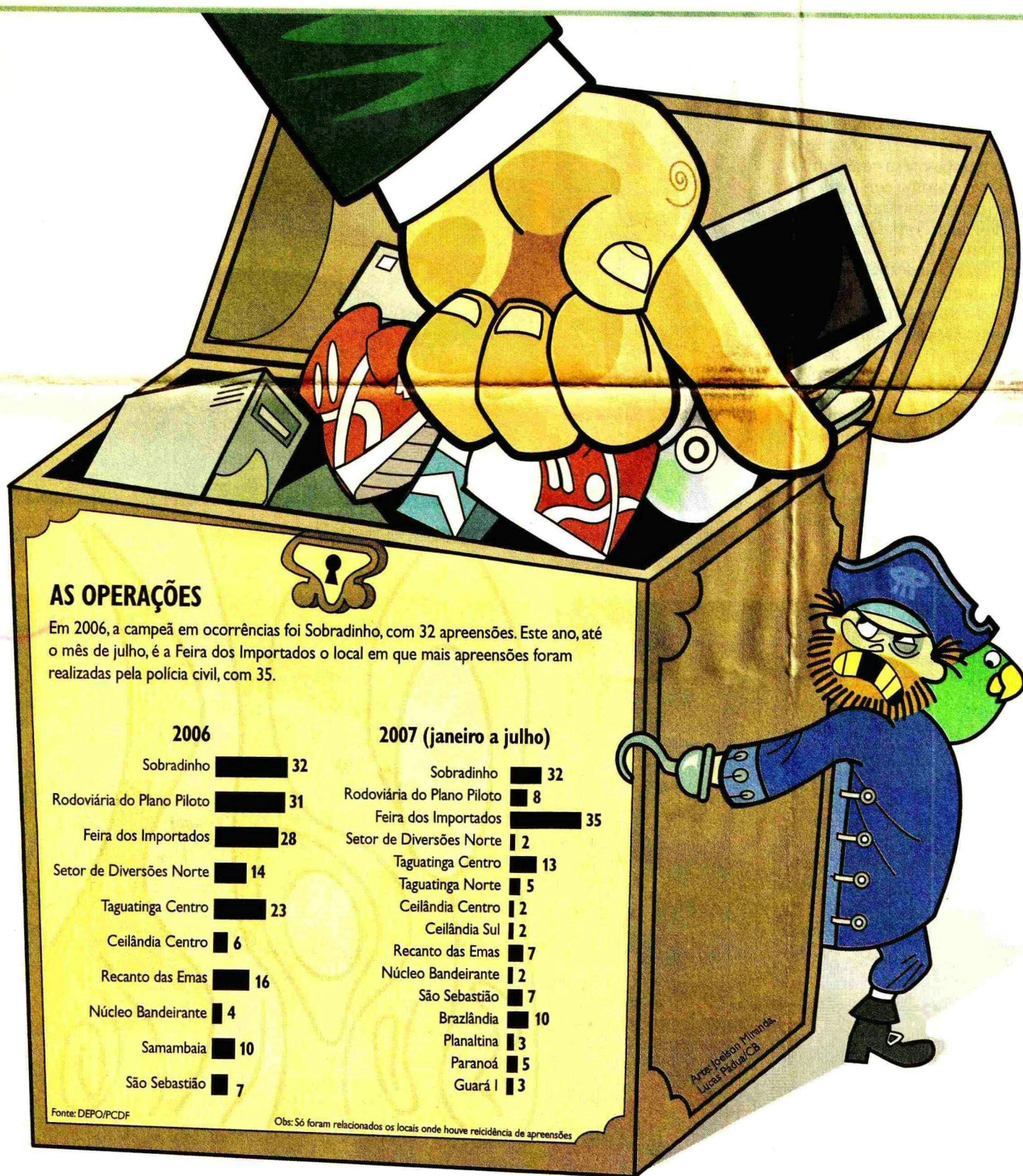
No fim da década de 1980, estava em atividade o embrião do que é hoje a Feira dos Importados. Na Quadra 4 do Setor Comercial Sul, entre o Banco Itaú e as Lojas Americanas, funcionava a chamada “Foz do Itaú”, local de intenso comércio que recebeu o nome em alusão à cidade de Foz do Iguaçu (PR). A região de fronteira funcionava como ponto de entrada de mercadorias sem nota fiscal no território brasileiro.

No início dos anos 1990, 30 desses feirantes se transferiram para um estacionamento entre as quadras 503/504 da Asa Sul. No mesmo ano, o número de bancas na comercial chegou a quadruplicar, batendo a casa dos 120 feirantes. Quatro anos mais tarde, em agosto de 1994, 545 feirantes que comercializavam produtos na

503/504 e em diversos pontos de Brasília foram transferidos para o estacionamento do Estádio Mané Garrincha, no Eixo Monumental.

Eles receberam bancas com armação metálica e teto de lona. No ano seguinte, em 1995, o número de feirantes já passava de 1,2 mil. Datam dessa época as primeiras operações policiais para reprimir o contrabando na feira. Dois anos mais tarde, em julho de 1997, o Governo do Distrito Federal transferiu os feirantes novamente, dessa vez do Mané Garrincha para o estacionamento da Ceasa.

Foi a partir dessa última transferência que ficou visível a invasão dos estrangeiros na Feira dos Importados. Estima-se que o percentual de ocupação de chineses e árabes em bancas da feira varia entre 5% e 10% do total de ocupação. A presença desses estrangeiros provoca o medo nos feirantes. Procurados pelo Correio, nenhum proprietário aceitou comentar a vizinhança com os imigrantes, por temerem represálias.



Pirataria avança na capital federal

A prática de fabricar e vender produtos falsos continua mais viva do que nunca. Relatório da Polícia Civil do Distrito Federal, obtido com exclusividade pelo Correio, mostra que a pirataria de bens de consumo registrada de janeiro a julho de 2007 na capital já corresponde a 67,6% do total apreendido durante o ano de 2005, quando 1,9 milhão de mercadorias sem nota fiscal ou falsas foram tiradas de circulação pela organização policial.

No ano seguinte, em 2006, foram totalizadas 2,3 milhões de apreensões, e nos primeiros sete meses de 2007, a Polícia Civil tirou das ruas mais de 1,3 milhão de produtos piratas, que eram vendidos em feiras e

camelôs do DF. Os números não incluem operações posteriores, mas indicam que o resultado de 2007 será superior ao dos anos anteriores.

Somente em outubro, uma ação conjunta das polícias civil e militar descobriu um esquema de venda ilegal de CDs e DVDs falsificados em Sobradinho, distante 30km do centro de Brasília. Na ocasião, policiais retiraram das ruas cerca de 5 mil artigos piratas e prenderam 14 pessoas acusadas de fazer parte da quadrilha.

As apreensões deste ano revelam o surgimento de um perfil diferente de pirataria. Os criminosos estão se especializando no comércio de produtos

mais caros, a exemplo de equipamentos eletroeletrônicos, CDs e DVDs. Prova disso é que vem caindo o número de apreensões de mídias ultrapassadas, como fitas cassete e VHS. Em 2005, 640 fitas cassete saíram de circulação das ruas da capital. No ano seguinte, as apreensões desses artigos caíram para 93. Neste ano, nenhuma fita foi apreendida.

Concentração

Também se cada vez menor a incidência de produtos de outros segmentos. Há dois anos, 35,2 mil bolsas, óculos, tênis e carteiras falsificados foram apreendidos. Em 2007, somente 3,9 mil produtos do segmento de

vestuário deixaram de circular devido às ações da força policial.

O relatório mostra, ainda, que cresceu o número de pessoas presas por comercializar artigos falsos no DF. Em 2005, 64 pessoas foram detidas sob acusação de pirataria. No ano seguinte, esse número quase dobrou, com 101 prisões. Já em 2007, somente até julho, 49 pessoas foram presas por comércio ilícito de artigos falsos.

De acordo com o diretor adjunto da Divisão de Comunicação da Polícia Civil, Paulo Passos, a área de inteligência reúne informações para a realização de novas operações. No entanto, os pontos a serem fiscalizados permanecem em segredo.